

PARECER JURÍDICO

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRA ESPECIAL PARA PACIENTE PORTADOR DE SÍNDROME DE WEST. POSSIBILIDADE JURÍDICA.

1 – Síntese

Trata-se de solicitação de aquisição de cadeira de rodas infantil para correção postural de paciente portador de Síndrome de West.

O pedido está instruído com justificativa, laudos e solicitação emitida por médico credenciado ao SUS, e respectivos orçamentos.

É a síntese necessária.

2 - Análise

Ab initio, assevere-se tratar-se de paciente (criança de tenra de idade) integrante de família com poucos recursos financeiros, conforme atestam os documentos que instruem o pedido, acometido de patologia incurável que resulta em severo comprometimento motor.

No caso em apreço, aplicáveis os dispositivos previstos na Lei 8.080/90, que dispõe sobre “*as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*”.

Assim dispõe a referida norma:



Art. 18. À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete:

I - planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;

IV - executar serviços:

(...)

V - dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;

No mesmo sentido, o Art. 30 da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

(...)

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

Considerando ainda que o paciente é criança de tenra idade, entendendo por aplicáveis os dispositivos legais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, que assim dispõe:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;





b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

Quanto à garantia de prestação dos serviços indispensáveis ao tratamento da criança e do adolescente, convém transcrever:

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

(...)

*§ 2º **Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento,** habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas.*

No caso específico, o paciente B. W. B, com 02 anos de idade, é portador de Síndrome West, que é descrito na literatura médica¹ como:

“é um tipo raro de epilepsia, chamada de "epilepsia mioclônica". Inicia-se normalmente no primeiro ano de vida, sendo o sexo masculino mais afetado.

¹ <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/sindrome-west.htm>



A síndrome de West é diagnosticada através de sinais clínicos e eletroencefalográficos: atraso no desenvolvimento, espasmos físicos e traçado eletroencefalográfico com padrão de hipsarritmia.

As características principais de um registro de EEG com hipsarritmia são:

Desorganização marcante e constante da atividade basal; Elevada amplitude dos potenciais; Ondas lentas delta irregulares de voltagem muito elevada; Períodos, habitualmente breves, de poli ondas e polipontas-onda; Períodos de atenuação da voltagem que, em alguns casos, parece chegar ao "silêncio" elétrico."

O paciente em questão possui diagnóstico confirmado da doença, conforme laudos em anexo.

De outro norte, a genitora e o grupo familiar da criança são pessoas de baixa renda, restando evidente a incapacidade financeira de custear o tratamento com recursos próprios.

Em tal quadro, mister observar que a contratação administrativa pressupõe atendimento às necessidades coletivas e supraindividuais. Isso significa que a ausência da contratação representaria um prejuízo para o bem público. Se inexistisse um interesse em risco, nem caberia intervenção do Estado. A atividade pública não pode ser suprimida ou diferida para o futuro. Afinal, essas são características inerentes à Administração Pública.

Na generalidade dos casos em que o Estado dispõe-se a contratar, é motivado a atuar para evitar dano potencial. Toda e qualquer

contratação administrativa retrata a necessidade e a conveniência de uma atuação conjugada entre o Estado e terceiros.

Todos os ramos do Direito contêm regras específicas a propósito de situações emergenciais. No direito público, é ainda maior a relevância do fenômeno. Trata-se de manifestação do instituto da “necessidade”. Nele estão abrangidas todas as situações de excepcionalidade, caracterizadas pela anormalidade. A necessidade (aí abrangida a emergência) retrata-se na existência de situação fática onde há potencial de dano caso sejam aplicadas as regras-padrão.

Consideradas tais premissas, e o valor diminuto da contratação, evidente que não se mostra razoável a abertura de processo licitatório para a aquisição do equipamento.

A respeito da possibilidade de dispensa de licitação, impende transcrever o que dispõe o art. 24, II, da Lei n. 8.666/93, segundo o qual é dispensável a licitação:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Extraí-se da dicção legal que, caso a despesa **não atinja o teto legal, fica o administrador desobrigado de abrir processo licitatório para a contratação de pequeno vulto.**

Em tal contexto, considerando que a aquisição amolda-se ao limitador legal de valor, possível e recomendável a contratação através de dispensa de licitação, reputando-se adequada a contratação pelo

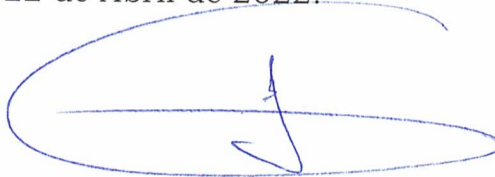
menor valor, proposto pela empresa Limed Hospitalar, no valor de R\$ 5.376,00 (cinco mil trezentos e setenta e seis reais).

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, sem adentrarmos na conveniência e oportunidade da contratação que ora se impõe, concluimos pela possibilidade de aquisição de cadeira de rodas sob medida destinada a comodato para o paciente B.W.B.

É o parecer, à superior consideração.

Cordilheira Alta/ SC, 22 de Abril de 2022.



Clériston Valentini
Procurador Geral do Município